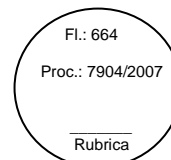




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL



Processo nº: 7.904/2007 (4 volumes).

Apenso nº: 121.000.289/2006 (5 volumes).

Jurisdicionada: Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN.

Assunto: Prestação de Contas Anual – PCA.

Ementa:

- Prestação de Contas do Contrato de Gestão nº 3/2005, celebrado entre a CODEPLAN e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS;
- Decisão nº 2.172/2018: Impossibilidade de comprovar ou mesmo quantificar, em sede de análise de contas, o prejuízo decorrente do Contrato de Gestão nº 3/2005. Considerar, com fulcro nos art. 21 e 22 da Lei Complementar nº 1/1994, iliquidáveis as contas em apreço, determinando seu trancamento e consequente arquivamento;
- Interposição de Recurso de Reconsideração pelo MP de Contas contra os termos da Decisão nº 2.172/2018;
- **Nesta fase:** Exame de admissibilidade;
- Corpo Técnico: Propõe ao Plenário que não conheça do Recurso de Reconsideração, tendo em vista o regramento contido no art. 285 do Regimento Interno do TCDF;
- **VOTO** divergente. Mandado de Segurança (Processo nº 0714232-77.2018.8.07.0000) interposto pelo MP de Contas. Deferimento da liminar requerida. Determinação para que o Tribunal se abstenha de deliberar acerca do recebimento de recursos de reconsideração interpostos pelo *Parquet* especializado que envolvam o ICS. Pelo sobrestamento do exame de admissibilidade do recurso em voga até o deslinde do mencionado processo judicial.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Prestação de Contas do Contrato de Gestão nº 3/2005, celebrado entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS.

2. Na última assentada, Sessão Ordinária nº 5.036, de 8.5.2018, esta Corte de Contas exarou a Decisão nº 2.172/2018 (fl. 637), *in verbis*:

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tendo em conta os precedentes das Decisões n.ºs 4959/2014 e 4898/2014, acolher o pleito formulado pelo senhor João Ignácio Perius às fls. 554 e ss. para declarar a ilegitimidade do interessado para figurar no rol de responsáveis na TCE em exame, estendendo os efeitos desta deliberação aos demais membros do Conselho de Administração do antigo ICS, indicados à fl. 627 do Processo n.º 121.000.289/2006; II –



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.: 665
Proc.: 7904/2007
Rubrica

tornar insubsistente o item III da Decisão nº 6329/2010 e aplicar os precedentes das Decisões n.ºs 2537/2017, 2830/2017 e 2831/2017 ao caso vertente para declarar a impossibilidade de comprovar ou mesmo quantificar, em sede de análise de contas, os prejuízos decorrentes do Contrato de Gestão n.º 03/2005, celebrado entre o Instituto Candango de Solidariedade e a CODEPLAN, considerando, com fulcro nos arts. 21 e 22 da Lei Complementar nº. 01/1994, iliquidáveis as contas em apreço, determinando seu trancamento e consequente arquivamento; III – autorizar: a) a devolução do Processo n.º 121.000.289/2006 à CODEPLAN; b) o retorno dos autos à SECONT, para as providências pertinentes e posterior arquivamento. Vencido o Conselheiro MÁRCIO MICHEL, que votou pelo acolhimento do parecer do Ministério Público junto à Corte. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 153, § 1º, do RI/TCDF. A Senhora Presidente, Conselheira ANILCEIA MACHADO, por força do art. 150 do RI/TCDF, deixou de presidir a sessão durante o julgamento deste processo. (Grifou-se)

3. Irresignado, o Ministério Público de Contas, representado no feito pelo Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, interpôs o Recurso de Reconsideração de fls. 645-658.

4. O momento processual cinge-se, portanto, ao exame de admissibilidade do referido apelo recursal, nos termos em que dispõe o art. 285 do Regimento Interno do TCDF.

5. O Corpo Técnico, por meio da instrução de fls. 659-662, propôs ao Plenário que não conhecesse do mencionado recurso, fundamentando sua proposta com base no exame transcrito a seguir:

3.1 Preliminarmente, nota-se que a **Decisão nº 2.172/2018**, fls. 637, considerou **iliquidáveis** as presentes contas com fundamento nos artigos 21 e 22 da Lei Complementar nº 01/1994, determinando seu **trancamento** e consequente **arquivamento**.

3.2 Por oportuno, vale transcrever os dispositivos que fundamentaram a decisão que se pretende recorrer pela via do recurso de reconsideração:

Lei Complementar nº 01/1994

“[...]”

Contas Iliquidáveis

Art. 21. As contas serão consideradas iliquidáveis quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento de mérito a que se refere o art. 17 desta Lei Complementar.

Art. 22. O Tribunal ordenará o trancamento das contas que forem consideradas iliquidáveis e o consequente arquivamento do processo.

§ 1º Dentro do prazo de cinco anos contados da publicação da decisão terminativa no Diário Oficial, o Tribunal poderá, à vista de novos elementos que considere suficientes, autorizar o desarquivamento do processo e determinar que se ultime a respectiva tomada de prestação de contas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.: 666
Proc.: 7904/2007
Rubrica

3.3 Sobre o tema, é pertinente também considerar o que consta do art. 11 da referida lei complementar:

Lei Complementar nº 01/1994

[...]

Decisões em Processo de Tomada ou Prestação de Contas

Art. 11. A decisão em processo de tomada ou prestação de contas pode ser preliminar, definitiva ou **terminativa**.

§ 1º Preliminar é a decisão pela qual o Conselheiro Relator ou o Tribunal, antes de pronunciar-se quanto ao mérito das contas, resolve sobrestar o julgamento, ordenar a citação ou a audiência dos responsáveis ou, ainda, determinar outras diligências necessárias ao saneamento do processo

§ 2º Definitiva é a decisão pela qual o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares.

§ 3º **Terminativa** é a decisão pela qual o Tribunal ordena o trancamento das contas que forem consideradas ilíquidáveis, nos termos dos arts. 21 e 22 desta Lei Complementar. (destacamos)

3.4 A teor do disposto no § 3º do art. 11 da LC nº 01/94, verifica-se que a **Decisão nº 2.172/2018 possui natureza de decisão terminativa**, por não ter havido a formação de juízo de mérito sobre as contas, que tão somente foram consideradas ilíquidáveis, com o seu consequente trancamento e arquivamento.

3.5 No tocante a admissibilidade do recurso interposto pelo Parquet, fls. 1304/1328, cumpre mencionar a hipótese de incidência do recurso de reconsideração, que se encontra disciplinada no art. 285 do RITCDF, veja-se:

RITCDF

[...]

DO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 285. De decisão definitiva em processo de prestação ou tomada de contas, inclusive especial, cabe recurso de reconsideração, com efeito suspensivo, podendo ser formulado uma só vez e por escrito, pela parte ou pelo Ministério Público junto ao Tribunal, dentro do prazo de trinta dias, contados na forma prevista no art. 168 deste Regimento, devolvendo ao Tribunal apenas o conhecimento da matéria impugnada. (destacamos)

3.6 Da leitura acima, observa-se que o recurso manejado pelo MPJTCDF esbarra na restrição contida no mencionado dispositivo regimental, posto que, nos estritos termos do art. 285 do RITCDF, só é cabível recurso de reconsideração contra decisão definitiva proferida em processo de tomada ou prestação de contas.

3.7 Nesse sentido são os inúmeros precedentes desta Corte que observam com rigor a regra regimental no sentido de somente haver a prerrogativa de interpor recurso de reconsideração em face de decisão definitiva. (v. Decisões nºs 59/2018, 5208/2017, 5936/2017, 486/2018, 1387/2017, 1441/2017 e outras.)

3.8 Sobre a matéria em foco, cumpre ressaltar, ainda, que em recente deliberação (S.O. de 21/06/2018), ao apreciar a **admissibilidade de recurso de reconsideração interposto em face de decisão terminativa**, como é o caso dos presentes autos, o Tribunal decidiu, à unanimidade, nos termos da Decisão nº 3032/2018, a saber:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da Informação n.º 53/2018-Secont (fls. 423/426); II – **não conhecer do Recurso de Reconsideração** de fls. 418/422,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL

Fl.: 667
Proc.: 7904/2007
Rubrica

interposto pelo MP/TCDF, da lavra do d. Procurador Demóstenes Tres Albuquerque, contra os termos da Decisão n.º 2.103/2018, tendo em vista o regramento contido no art. 285 do RI/TCDF; III – dar ciência desta decisão ao Recorrente, nos termos do disposto no art. 4º, § 2º, da Resolução n.º 183/2007-TCDF; IV – autorizar o retorno dos autos à Secont/TCDF, para as providências devidas.” (destacamos)

3.9 Portanto, o fato é que o Regimento Interno desta Corte não prevê a possibilidade de interposição de recursos da espécie em face de **decisões terminativas**, uma vez que estas pressupõem a impossibilidade material de proferir juízo de mérito sobre o caso concreto e, conseqüentemente, também não se chega a imputar ou desconstituir eventual prejuízo, não havendo ônus ou gravame capaz de justificar o interesse recursal.

3.10 Em síntese, tem-se que, nos exatos termos do artigo 285 do RITCDF, bem como de acordo com a jurisprudência desta Corte, o recurso de reconsideração deve ser manejado em face de decisão definitiva. Consoante o § 2º do artigo 11 da LC nº 01/1994, **definitiva** é a decisão pela qual o Tribunal **julga** as contas **regulares, regulares com ressalva** ou **irregulares**. A **Decisão nº 2.172/2018 é terminativa**, visto que este Tribunal ainda não julgou as presentes contas, por considerá-las ilíquidáveis, tendo determinado seu trancamento e conseqüente arquivamento. Portanto, considerando que a decisão recorrida não possui a natureza de definitiva, somos pela inadmissibilidade do recurso interposto.

É o Relatório.

VOTO

6. Cuidam os autos da Prestação de Contas do Contrato de Gestão nº 3/2005, celebrado entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central – CODEPLAN e o extinto Instituto Candango de Solidariedade – ICS.

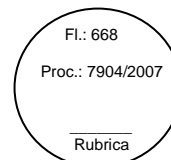
7. Cumpre repisar que a fase é de exame de admissibilidade do Recurso de Reconsideração interposto pelo MP de Contas (fls. 645-658) contra os termos da Decisão nº 2.172/2018 (fl. 637).

8. Ressalte-se, contudo, que o *Parquet*, representado por sua Procuradora-Geral, impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 0714232-77.2018.8.07.0000), com pedido de liminar, junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF, contra decisões desta Corte de Contas que não conheceram de recursos similares ao ora em discussão, relacionados a processos de contas do extinto ICS, bem como em razão da iminência de novas decisões no mesmo sentido.

9. Ao apreciar o pedido de tutela provisória aportado na petição inicial, o Desembargador Roberval Casemiro Belinati, Relator do feito, prolatou,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO MÁRCIO MICHEL



em 10.9.2018, decisão pelo deferimento da medida liminar requerida pelo *Parquet* especializado, nos termos transcritos a seguir:

Diante do exposto, defiro o pedido de liminar para:

a) determinar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal que não publique as Decisões nºs 3.561/2018, 3.562/2018, 3.597/2018, 3.598/2018, 3.565/2018, 3.567/2018, 3.568/2018, 3.685/2018, 3.686/2018, 3.723/2018, 3.687/2018, 3.688/2018, 3.724/2018, 3.689/2018, 3.725/2018, 3.726/2018, 3.690/2018, 3.691/2018, 3.683/2018, 3.692/2018 e 3.728/2018, caso ainda não tenham sido publicadas;

b) suspender os efeitos das Decisões nºs 3.561/2018, 3.562/2018, 3.597/2018, 3.598/2018, 3.565/2018, 3.567/2018, 3.568/2018, 3.685/2018, 3.686/2018, 3.723/2018, 3.687/2018, 3.688/2018, 3.724/2018, 3.689/2018, 3.725/2018, 3.726/2018, 3.690/2018, 3.691/2018, 3.683/2018, 3.692/2018 e 3.728/2018 e o andamento dos correspondentes processos;

c) determinar ao Tribunal de Contas do Distrito Federal que se abstenha de deliberar acerca do recebimento de eventuais recursos de reconsideração interpostos pelo Ministério Público de Contas nos processos de tomada ou prestação de contas que envolvam o Instituto Candango de Solidariedade. (Destacou-se)

10. Nessa perspectiva, considerando o teor da determinação consignada na alínea “c”, deve esta Corte de Contas se abster de deliberar a respeito do conhecimento do Recurso de Reconsideração em voga (assim como de outros que estejam pendentes de apreciação), sobrestando a análise até o deslinde do mencionado processo judicial.

11. Ante o exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I. sobresteja o exame de admissibilidade do Recurso de Reconsideração de fls. 645-658, interposto pelo Ministério Público de Contas contra os termos da Decisão nº 2.172/2018, até o deslinde do Mandado de Segurança tratado no Processo nº 0714232-77.2018.8.07.0000 junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT;

II. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para a adoção das providências pertinentes;

Sala da Sessões, 04 de dezembro de 2018.

MÁRCIO MICHEL
Conselheiro-Relator